

TERRITÓRIO COMO REPRESENTAÇÃO

the territory as representation

André Santos da Rocha *

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de expor referências teóricas sobre o conceito de território, apontando como a atual concepção de poder se imbrica na produção do espaço. Apresenta-se reflexões acerca da relação entre representação e território. Entende-se que uma representação pode ser construtora de um território, e por ele é estruturado. O território é visto como uma construção material e representacional (simbólica), e sua composição revela estreitos vínculos de interesses que se desenvolvem através de choques e assimilações entre diferentes cenários. Dar-se-á, como exemplo empírico, a ambivalência sobre a composição territorial da Baixada Fluminense, em que o número de municípios que faz parte de sua composição muda de acordo com os jogos de representações e disputas de legitimidade entre diversos atores, sujeitos e agentes políticos neste espaço, surgindo um território que se manifesta na inclusão e/ou exclusão de algumas cidades.

Palavras-chave: Território, Representações, Baixada Fluminense.

Abstract

The article has objective show theoretic's references about the territory concept, pointing to the current power of conception's is incorporated in the production of space. We present reflections about representation and territory relations. Understand that a representation can be one territory builder's, and for it built. The Territory is view as material and representational (symbolic) construction and yours composition reveals very near interest of relation that if develop through shock and assimilation between representations different. We will present how empiric exemple the ambivalence about the territorial composition of Baixada Fluminense, where the number of municipalities that are of your composition changes in accordance with the representations and legitimacies of disputes between actores, subjects and political agents this space about, bilding a territory that manifests itself on inclusion and exclusion of municipalities certain.

Key words: Territory, Representation, Baixada Fluminense.

Resumen

El artículo tiene como objetivo exponer referencias teóricas sobre el concepto de territorio, señalando cómo la actual concepción de poder se incorpora en la producción del espacio. Se presenta reflexiones acerca de la relación entre representación y territorio. Se entiende que una representación puede ser constructora de un territorio, y así estructurarlo. El territorio es visto como un material de construcción y de representación (simbólica) y su composición revela estrechos vínculos de interés que se desarrollan por golpes y asimilaciones entre distintos escenarios. Se dará, como ejemplo empírico, la ambivalencia sobre la composición territorial de la Baixada Fluminense, en el que el número de municipios que forma parte de su composición cambia de acuerdo con los juegos de representaciones de la legitimidad y los conflictos entre los diferentes actores, sujetos y agentes políticos en este espacio, surgiendo un territorio que se manifiesta en la inclusión y/o exclusión de algunas ciudades.

Palabras clave: Territorio, Representaciones, Baixada Fluminense.

(*) Prof. Msc. do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, doutorando em Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - BR-465, Km 7, CEP: 23890000 - Seropédica (RJ), Brasil. Tel.: (+55 21) 3787 3673 - asrg@ufrj.br

INTRODUÇÃO

Intenciono apresentar a questão do território sendo construído a partir do espaço. O espaço é considerado um conceito-chave da ciência geográfica (CORRÊA, 1995) por abarcar uma multiplicidade de fenômenos sociais e naturais, além de se revelar, segundo Santos (2008), como um indutor e um induzido das relações sociais. As noções de indutor e induzido se apoiam na perspectiva de que o espaço, sendo edificado pela ação do homem, guarda em seu âmago uma dimensão que reflete as características sociais, culturais, políticas e econômicas de uma dada sociedade, moldada, portanto, por ela. A noção de induzido revela-se, então, como espelho das relações sociais que circundam a plataforma espacial, uma vez que os objetos e ações podem adquirir tal dimensão (SANTOS, 2002). O espaço é encarado, assim, como um produto social (LEFEBVRE, 1974).

Não se pode ignorar que a sociedade que molda o espaço, nele se reproduz. Logo, as suas relações sociais de produção e de reprodução estarão relacionadas às condições materiais e imateriais que se forjam no processo histórico de sua formação. E, como lembra Massey (2008), é preciso entender o espaço não só como produto da sociedade, mas também como produtor dela. A referida autora ainda destaca a necessidade de compreender este espaço como produto de inter-relações que se configura em uma área “trans-escalar” (da imensidão do global até o corpo); como esfera que possibilita a existência da multiplicidade, onde se inclina em pensar uma totalidade na qual distintas trajetórias coexistem; e como um constante devir, uma vez que a formação do espaço não acontece por um momento, mas pela sucessão de percursos e momentos. Essas características propostas por Massey, acerca do espaço, refletem, portanto, a noção de que ele também é indutor das práticas sociais.

Tais práticas sociais e o próprio processo de formação do espaço remetem a intensas disputas sobre a hegemonia de parcelas desta dimensão. Ao longo da história da humanidade acompanha-se, sempre, disputas sobre o domínio do espaço, sendo este de suma importância na consolidação das relações de poder. Assim, se há domínio e disputas sobre a hegemonia de parte do espaço produzido, existirá, portanto, o jogo de construção do território.

É salutar esclarecer que há uma distinção entre o espaço socialmente produzido e o território, por mais que este último possa emergir da produção do espaço. Autores como Raffestin (1993) tomam, como quase similares, o espaço social e o território, uma vez que este espaço é regido, também, por relações de poder. Por sua vez, Souza (1995) contra-argumenta a proposta de Raffestin, classificando-a como generalista, quando este coloca o espaço social como o próprio território. Na realidade, o autor, desconsidera alguns pontos da obra Pour une géographie du pouvoir, onde Raffestin (1993, p.144) deixa claro que espaço e território são conceituações distintas: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si (...) Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço”.

Para o referido autor suíço, o território é resultado de uma ação conduzida por um “ator sintagmático” que desenha seus projetos através da canalização do trabalho, energia e informação. Esse “ator sintagmático” tenta escrever, sobre o espaço, seu plano de poder através de diferentes práticas. Assim, o que diferencia o espaço de território é a intenção de construção de “limites de ação” ou delimitação de área onde determinado “ator sintagmático” ou grupo social possa exercer seu poder.

Nessa mesma perspectiva, relaciono às ideias de Milton Santos quando afirma que a questão não recai sobre o território em si, mas naquele utilizado. É importante lembrar o que Milton Santos classifica como “território em si”: o produto do trabalho humano sobre a natureza, portanto, um resultado da conjugação das forças sociais. No entanto, esse espaço produzido é indissociável de objetos e ações. Sendo assim, o que importa é o uso que se dá a esse território, ou seja, as ações que definem a apropriação do mesmo. E o que diferencia uma área de outra, é quem rege e como isso se constrói, enfim, de que maneira determinado grupo consolida sua hegemonia sobre o espaço. Neste caso, o território é definido pela noção de poder.



Por este caminho, e para melhor aprofundar esse debate, parto de uma definição de território que é proposta por Souza (1995, p. 78), entendendo-o como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

O território se diferencia do espaço social no estabelecimento de “delimitações” ou “criação de limites” por meio de relações de poder que se circunscrevem no espaço, assim como pelo “exercício do poder”. Desta forma, o território surge a partir do ambiente, nele se reproduz e é produzido na intensa disputa de domínios.

A complexidade da conceituação do território está na própria definição de poder, que, por sua vez, desenvolve a capacidade de legitimar ações sobre o espaço ao ponto de “delimitá-lo”. Assim, o exercício do poder é uma ação legitimadora do território. É importante lembrar que nem todos os grupos possuem a mesma capacidade de operacionalizar, reger e construir territórios. Di Méo (2001) salienta que o território é a combinação de um grupo social com o espaço, e que esta relação acontece de maneiras distintas. Logo, existem territórios com maior ou menor rigidez de seus limites, variando de acordo com as práticas/estratégias espaciais que determinado grupo social desenvolve, ou com o papel que este mesmo sustenta no tecido social. Di Méo (2001, p.8) esclarece:

...todos os indivíduos que hoje formam os grupos sociais, também possuem uma competência territorial (ao mesmo tempo que social). Sem dúvida, nem todos possuem o mesmo status, nem todos detêm o mesmo poder de operar e criar territórios. Entre os principais detentores dessa capacidade estão os representantes do poder político institucional, os líderes da economia e os diferentes líderes (culturais, religiosos, ideológicos) da opinião. Em segundo plano, os indivíduos que produzem e reproduzem o cotidiano, que também, são importantes promotores do território.

O território, desse modo, é o resultado da ação de legitimidade de um grupo social. Não significa dizer que o território é mais genuíno ou verdadeiro que outro, mas que a intensidade com que se afirma ou se busca legitimar as bases territoriais traduzem, de certa maneira, a força que determinada sociedade possui. Logo, as bases de construção de um território reportam-se à noção de identidade de um grupo social.

Ao longo da história do pensamento geográfico, o conceito de poder sobre ação legitimadora de território sempre esteve atrelado à figura do Estado (ESCOLAR, 1996). Lacoste (2007) lembra que a própria ciência geográfica já apresentava esta missão quando vinculada à ação que o autor chama de “Geografia dos Estados Maiores”, tendo este a incumbência estratégica de referendar e desenvolver ações de poder, relacionando a ideia de território à dimensão de espaço de jurisdição de um Estado-Nação. Segundo Valverde (2004), essa associação é presente na “Antropogeografia” de Ratzel, em que o território seria a expressão legal e moral do Estado associado ao solo (Boden) e à população organizada neste espaço. O território seria, então, o ultimato da legitimidade do Estado, cabendo a este defini-lo e controlá-lo.

Claval (1999) aponta que os estudos de Jean Gottman aproveitam a mesma linha de pensamento. No entanto, seus escritos aprofundam-se sobre a concepção moderna de território associada à soberania. Essa, por sua vez, seria a raiz pela qual o Estado devesse exercer o controle do espaço dado, construindo, assim, um caráter absoluto de poder.

É pertinente esclarecer que ambas as concepções apontadas, a ideia de Ratzel e as propostas por Jean Gottman, representam um território delimitado pelo poder, exercido pela figura do Estado. Ainda, em ambas as propostas, o conceito de território se configura numa lógica zonal, contínua e ininterrupta. Segundo Haesbaert (2004), essa concepção é típica do pensamento tradicional imperante até os anos de 1970, por isso é comum até os dias atuais à associação de território à escala de Estado-Nação.

Para Claval (1999), é com Robert Sack que ocorre uma ruptura na maneira de se idealizar o território. Embora este autor se aproxime da visão proposta por Jean Gottman sobre a noção de soberania, Robert Sack vai além, atribuindo a esta uma aplicabilidade em todas as escalas, de



maneira que este poder soberano seja exercido por meio da territorialidade. Para Sack (1986), a territorialidade seria as estratégias espaciais utilizadas para exercer o controle e o domínio de uma dada área. Tais estratégias poderiam ser constituídas por três aspectos fundamentais, complementares e não excludentes, a saber:

a) Classificação de área: é dada através do processo de nomeação do lugar, imputando ao espaço um regime de poder simbólico, em que o nome sintetiza o demiurgo lógico de controle de um certo domínio. Essa classificação de área ainda é legitimadora de ações previamente definidas para uma determinada localidade, assim, o fato de nomear um espaço pode consolidar uma área de ação propícia a um grupo social, ou mesmo pela ação do Estado, fundamentando uma estratégia espacial de poder;

b) Forma de controle de acesso: concernente à restrição ao acesso à determinada área que, muitas vezes, não se restringe à forma material tradicional das fronteiras ou áreas de vigilância formal. R. Sack aponta para uma possibilidade de controle simbólico, ordenado por ícones, monumentos, gestos, linguagens que, em maior ou menor grau, exercem um poder simbólico capaz de organizar determinado espaço e delimitá-lo. Com os limites definidos, há uma espécie de estranhamento ao que é avesso às normas simbólicas do território. Um bom exemplo destes controles são os territórios da prostituição (RIBEIRO, 2002);

c) Modo de comunicação: refere-se à necessidade de comunicar o controle exercido. Esse é o ponto fundamental do reconhecimento do poder de um grupo que justifica a inclusão e a exclusão de áreas ou pessoas ao seu domínio espacial, território. Assim, o modo como se controla a informação é uma forma de administrar os limites de um território. Pode-se, ainda, apontar uma possibilidade de que aquele que é capaz de construir uma rede de informação/representação (comunicação) de poder sobre o espaço, pode ampliar ou justificar/legitimar suas ações sobre o território.

Assim, nessa perspectiva, posso apontar alguns direcionamentos para pensar o território. Em primeiro lugar, se o poder fosse compreendido em múltiplas escalas, se entenderia o território também por este direcionamento. Em segundo lugar, se ele fosse exercido por diferentes atores que corroboram na estrutura espacial, seria possível afirmar que existe uma disputa intensa de legitimidade/soberania destes grupos sobre o espaço. Caso o território seja a representação de um poder, faz-se necessário uma aproximação destes dois conceitos para melhor vislumbrar como ocorrem as disputas pelas consolidações territoriais.

Mais adiante, tentarei exemplificar essas questões com as diferentes representações e composições territoriais que se desenham sobre a ideia de Baixada Fluminense (RJ), as quais, em suma, se revelam como disputas de representação de poder na apropriação do território.

Partindo do pressuposto de que o território é definido por relações de poder, e que isso implica numa dada apropriação de parcela do espaço, é necessário conceituar apropriação. Em síntese, apropriar remete a tomar posse, tornar próprio ou mesmo individual. Esta noção dialoga com o território, pois esse é, de maneira geral, uma propriedade de alguém ou de algum grupo. O sentido de apropriação não pode recair somente sobre a ideia materializada, mesmo que o fim último se concretize assim. Destarte, uma apropriação pode ser exercida através de um sistema simbólico (GUATTARI, 1985; SACK, 1986; BOURDIEU, 2007; HAESBAERT, 2005; TURCO, 1998).

Bourdieu (2007) é enfático neste quesito quando afirma a existência de um poder simbólico capaz de reger e moldar hábitos da vida social. Esse poder simbólico é caracterizado por uma imaterialidade, ou seja, apresenta-se em formas não visíveis: nas intenções, nos significados, nas ideologias, nas imagens e representações. Assim, se as representações constituem um universo simbólico de poder, pode-se afirmar que elas mesmas são capazes de construir domínios de poder. Deste modo, as representações construídas sobre o espaço podem servir como delimitadores de ação, revelando-se, portanto, como formas de conhecimento e apropriação, restringindo os territórios.



O território em si é uma representação do poder. Quando se constrói projetos/ representações do espaço, defini-se uma área de ação, nomeia-se e apropria-se. Raffestin (1993, p. 144) indica esse processo:

Produzir uma representação do espaço já é, portanto, uma apropriação, uma empresa, um controle, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Neste sentido, uma imagem ou modelo que se cria sobre a realidade constitui-se como um instrumento de poder. Logo, ao se produzir representações de determinado espaço, projeta-se sobre ele uma imagem ideal de território. Contudo, lembrando o que Guy Di Méo coloca a respeito da capacidade diferenciada dos grupos sociais de construir territórios, é possível pontuar, então, a capacidade singular de produzir representações de um espaço ideal. Isso não significa dizer que existam conceituações territoriais verdadeiras e falsas (LEFEBVRE, 2006), mas implica pensar numa “força de representação territorial” que pode estar associada à ação de legitimidade de uma certa sociedade, ou como prefere Raffestin, um dado ator sintagmático.

A “força de representação territorial” referida está associada aos mecanismos utilizados pelos diferentes atores, agentes e sujeitos sociais na promoção de suas ações. Esses mecanismos correspondem aos meios de comunicação, eventos culturais e/ou científicos, discursos e propagandas, enfim, aos diversos meios em que se possa, em maior ou menor grau, apontar um entendimento de poder.

Para Raffestin, as representações estabelecem limites no espaço. E para compreender um espaço representado, é necessário conhecer suas propriedades, reveladas por meio de códigos e de sistemas semicos. Estes códigos e sistemas semicos são marcados por toda uma infraestrutura de força, abarcando dimensões de trabalho, informação, relações de produção, que delimitam um campo de ação. Desta forma, é possível dizer que as representações se alimentam, também, de um sistema semico criado para conduzir projetos de poder de um determinado grupo.

Se “a representação compõe o cenário, tendo a organização como espetáculo da tomada original do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144), a representação é um caminho na construção do território. Di Méo (2001, p.14) enfatiza a dualidade entre a materialidade e a imaterialidade que possui o território, indicando o caminho para a passagem do espaço ao território:

A passagem essencial do espaço geográfico ao território não reside unicamente no percurso metodológico inicial, o mesmo da materialidade terrestre a sua essência, ao conteúdo ideal. Isso porque, se o território está ancorado no mundo concreto das práticas sociais, abarca claramente a natureza e os sentidos dos significados que o conferem na ação das representações humanas inspiradas por uma organização (política, econômica, cultural) das sociedades ou no âmbito de sua produção.

De forma geral, entende-se que as representações são pontes, ou elos, que possibilitam a passagem do espaço ao território. O território pode ser compreendido, mais uma vez, como representação. Raffestin (1993, p.147) ainda complementa:

Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.

É através das representações que grupos sociais vão estabelecer seus projetos de domínios espaciais. Projetos estes, de poder, traçados com o objetivo final de apropriação.

Saquet (2007) em sua obra *Abordagens e concepções de território*, aponta a ligação intrínseca do poder e do território, em que destaca, também, alguns direcionamentos teóricos que orientam a construção da abordagem conceitual de território para outros estudiosos, tais como Claude Raffestin, R. Sack e Giuseppe Dematteis - este último, visto como uma importante referência no que tange a questão territorial. Para Saquet (2007, p.81), “as compreensões [aqui falando da conceituação do



território] de Claude Raffestin e de Giuseppe Dematteis, se parecem e são similares”. Essa compreensão se baseia na ideia de que ambos definem o território como um “produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligação de redes internas e externas”.

No entanto, o que chama atenção na perspectiva de Dematteis (1985) é o entendimento da geografia como uma maneira de representação do território por meio de metáforas. Se esse território é produzido no bojo das relações sociais, que incluem materialidades (objetos e ações, como diria Milton Santos) e imaterialidades (intenções, conceitos e ideologias), compreender as diferentes produções do território resulta em descortinar as metáforas do poder. Pode-se ainda acrescentar que decodificar as relações metafóricas de poder sobre um dado território é um ponto nevrálgico na identificação de sua apropriação pelos diferentes atores, agentes e sujeitos sociais.

Essa apropriação é parte constituinte da formação do território. Sua legitimidade alcançada por tais grupos se baseia na força de produção e difusão das representações. Portanto, a identidade de um grupo está, também, na maneira como ele constrói seu território, como o representa e o rege, imprimindo nele suas características. Desta forma torna-se possível pensar, ainda, o território como representação de poder de uma determinada sociedade.

É importante lembrar que as representações constituem formas de conhecimento e de simbolização do mundo (JODELET, 2001; 1989). Raffestin (2009) as explica como resultado de um trabalho e, como tal, é qualificada como energia informada, não se qualifica com uma estabilidade, ou seja, existe variabilidade de intensidade, durabilidade, força e difusão das representações.

Assim, as representações são espelhos das ações dos atores sociais. Pensar em sua imobilidade ou imutabilidade seria como refletir sobre a “morte ou entropia dos atores”. Isto é, a fluidez das representações em suas diversas características indica os traços dos produtores, dos agentes, atores e sujeitos sociais. Como as representações, quando traduzidas em projetos de poder sobre o espaço, constituem territórios, é possível afirmar, portanto, que os territórios podem apresentar fluidez em duração e extensão.

Diante do exposto, indico como exemplificação das questões destacadas anteriormente os diferentes entendimentos construídos a respeito da Baixada Fluminense. A cada juízo há um movimento de inclusão e exclusão de municípios. Através destas interpretações, são traçadas estratégias espaciais em que os distintos atores sintagmáticos propõem uma composição de suas bases territoriais, logo, de sua apropriação. Assim, supor uma rigidez ou uma única composição territorial para aquilo que chamamos de Baixada Fluminense significa ignorar toda dinâmica política, econômica e cultural que se desenha. As representações sobre a Baixada são construções de territórios que vislumbram legitimar ações e poder dos mais variados grupos.

Deste modo, entra-se em consonância com as ideias de Foucault (1985[2008]), quando aponta a necessidade de redefinição do poder. Autores como Raffetin (1993), Haesbaert (2004) e Saquet (2007), que trabalham com o conceito de território, compartilham a mesma citação das referências de poder mencionadas por Foucault, que em resumo qualifica uma metodologia de entendimento das relações de poder.

1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que se diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.) mas não são imanentes a elas; 3. o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados.(...)(RAFFESTIN, 1993, p.53)

Essa síntese nos clareia o que será proposto a seguir. Quanto aos jogos de legitimidade na construção de uma Baixada Fluminense, compreende-se que as diferentes representações construídas sobre ela não se projetam apenas numa única direção ou possui um único pólo gerador. Pensando nas perspectivas de poder, retiradas das reflexões de Raffestin sobre a proposição de Michel Foucault, vê-se que as representações, enquanto esferas de poder, são multi-espaciais e grupais, vêm de diversos pontos e de distintos grupos. Outro ponto trata a ideia de que as representações não



são “puras” ou “neutras”, mas são carregadas de intenções e de complementaridades. Ou seja, a representação de um determinado grupo social pode complementar ou mesmo reafirmar a ação de outro, mesmo que expressem outros interesses. Consequentemente, não há binaridade entre o falso e o verdadeiro, mas uma “multi-verdade” de interesses, que coloca a Baixada no contexto dessa disputa de poder e de legitimidade.

Assim, concordamos com Antoni Bailly (1995) quando afirma que entender as representações espaciais nos permite compreender as tensões sociais que são expressas nos campos simbólicos, de projetos de poder. Tentar traduzir o choque de representações implica conhecer o campo de disputas de legitimidades territoriais. É a Baixada Fluminense, RJ, um exemplo desta dinâmica.

EXEMPLIFICANDO A BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense é uma área localizada na porção oeste da Baía de Guanabara, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Ela tem sido marcada por uma representação hegemônica de violência, miséria e descaso político-social construído por práticas de diferentes atores a partir dos anos de 1950. Esta área é assim conhecida interna e externamente, seja em seu estado, no Brasil, e, quiçá, no mundo.

No entanto, na atualidade, essa nomeação revela mais que uma simples nomenclatura, é mais que um substantivo próprio que possui a função de nomear; atribui-se à “Baixada” uma ideia “qualificadora”, quase que adjetivada, associada às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante etc. Ou seja, explicita-se uma dimensão espacial distinta no Estado do Rio de Janeiro; um espaço socialmente produzido que possui uma qualificação que o distingue dos demais espaços (DI MEÓ, 2001). A Baixada Fluminense, portanto, se diferencia das outras áreas do estado a ponto de se firmar como uma verdade (reconhecida no senso comum), um espaço legítimo, embora ainda não reconhecido como unidade “regional” no estado do Rio de Janeiro pelo IBGE. Por outro lado, a mesma vem ganhando um corpo particular nos discursos de políticos locais e ações governamentais das mais variadas esferas (municipal, estadual e federal), que acabam por firmar a distinção entre o que é, e o que não é “Baixada”.

Entre as inúmeras definições de Baixada está a sua toponímia. Ela revela uma área de altitude baixa ou limítrofe ao mar, mas essa definição colocaria vários municípios litorâneos na composição da Baixada Fluminense, que deveria iria, teoricamente, de Campos dos Goytacazes até Mangaratiba (Figura 1)



Figura 1 - Imagem do estado do Rio de Janeiro com destaque para o domínio físico da Baixada Fluminense. Fonte: Sítio do EMBRAPA (modificado pelo autor)



Como mencionado, essa não é a representação que se tem hoje, restando, apenas, um cenário hegemônico sedimentado nas ideias de periferia e violência incrustado aos municípios oriundos de Nova Iguaçu e do extinto município de Estrela (núcleo central da representação), ainda extensível à alguns municípios da porção oeste da Baía de Guanabara que foram incorporados pela célula urbana da cidade do Rio de Janeiro (SEGADA SOARES, 1962) (Figura 2).

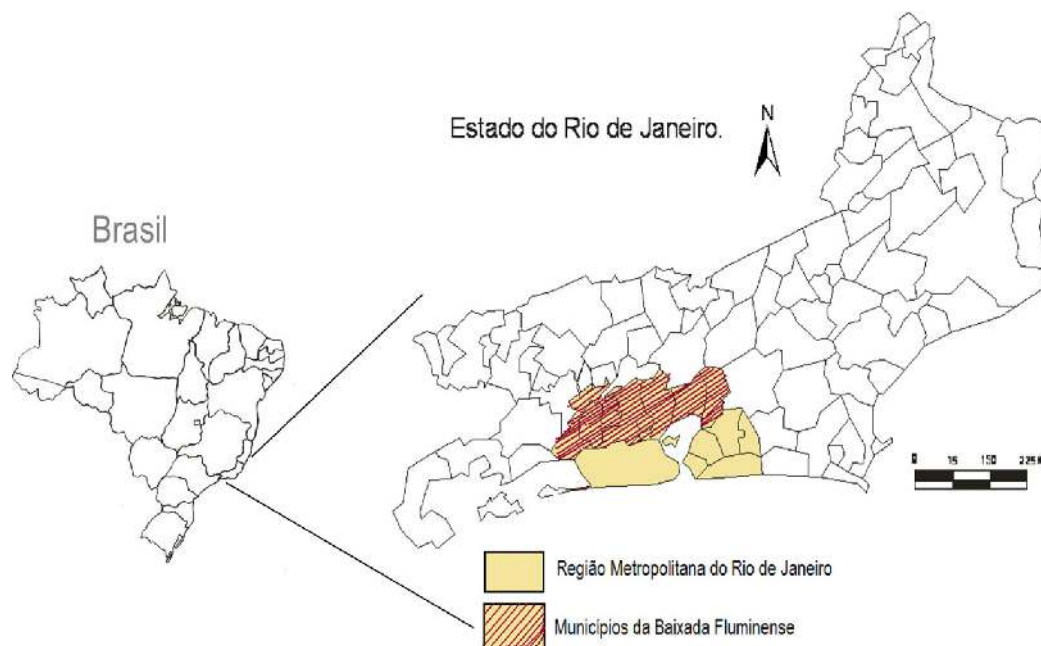


Figura 2 - Localização da Baixada Fluminense com a composição comumente aceita, que está na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. (Organizado pelo autor)

Porém existem outras representações que se constroem hodiernamente sobre esta área trazendo novos “ares de prosperidade”. O que coloca, à questão de maior visibilidade àqueles que participam desta composição, um impasse sobre sua formação territorial quando há o choque de interesses de diferentes grupos. Cria-se, aí, uma perspectiva geopolítica, na escala municipal, que se perpetua na ideia de que a definição de uma Baixada Fluminense revelaria uma representação ideal de um território.

Claude Raffestin (1993) diz que a representação e o território são pares conceituais, servem como nexos estruturantes para almejar a construção de um espaço de poder. Assim, a partir de uma representação do território, pode-se construir trunfos de legitimidades territoriais, que permitam o ato “legítimo” de inserção e/ou exclusão em uma composição territorial.

Tal sistematização teórica converge com os dados oriundos da pesquisa de Rocha (2009), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidade na composição territorial municipal”, em que aponta casos de municípios associados a diferentes representações territoriais sobre a Baixada e que fazem uso de trunfos de legitimidade territorial para se inserir em outras composições territoriais, tais como: a) Guapimirim – se inserindo na Serra Verde Imperial; b) Paracambi – buscando inserção na Região do Vale do Café; e c) Itaguaí – que busca afirmar-se como a cidade do porto, embora buscando nexos com a região turística da Costa Verde.

Todos os movimentos geopolíticos de exclusão desses municípios se revelam no distanciamento da representação hegemônica da Baixada Fluminense e de sua composição, porém os mesmos permanecem ligados à Baixada quando a mesma oferece vantagens territoriais (projetos de políticas públicas, investimentos dos governos federal e municipal, consórcios de gestão e planejamento urbano etc.). Neste sentido, afirma-se a noção teórico-metodológica de unidade ativa de Montbrial (2006), uma vez que a Baixada Fluminense acaba por “determinar e ser determinada” pelos interes-

ses de diferentes atores; estes que vão à busca de uma posição política privilegiada na seletividade das diferentes políticas territoriais.

JOGOS DE REPRESENTAÇÕES E CONFRONTOS DE LEGITIMIDADE NA COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO

Ao entender que as representações são, também, condutores na construção de territórios, e que o mesmo promove a consolidação do poder, tem-se a possibilidade de refletir a existência de um choque/tensão entre diferentes cenários, resultando numa disputa de legitimidade do poder no espaço. Assim, há sempre uma tensão na composição do território, pois ele é, em síntese, o amálgama da legitimidade do poder. E diversos caminhos podem construir essa questão, no entanto, ela passa pela noção de reconhecimento, atribuído à determinado agente, sujeito ou ator pelo grupo social em que está inserido.

A legitimidade das representações passa, portanto, pelo crivo do reconhecimento social sedimentado na tríade: quem fala (enunciador), por onde fala (meios de transmissão) e como fala (sentido da representação). É plausível, então, traduzir essa tríade ao mapear a intensidade, a força, a duração e a difusão das representações que diferentes grupos sociais constroem (ROCHA, 2010).

Como as representações possuem, também, uma dimensão espacial, e estas, por sua vez, se alimentam das tramas do território, é possível compreender as maneiras como as sociedades buscam firmar seus perfis espaciais, indicando um caminho eficaz para a leitura da trama que compõe seu território, como acontecem os jogos de representações e como eles influenciam o espaço e são por eles retroalimentados. Emerge, aí, a questão complementar: “de onde se fala”.

Entretanto, é importante frisar algumas considerações sobre o chamado “jogo de representações”. Em primeiro lugar, a ideia de “jogo” está associada à noção de troca, na qual há um número infinito de relações entre diferentes grupos e suas representações. Essas relações não acontecem, necessariamente, de forma harmoniosa, havendo um equilíbrio nas perdas e ganhos; ou seja, uma relação em que cada grupo pode expor ou é permitido impor sua representação e suas ações de poder, uma vez que essa “imposição” pode ser partilhada em diferentes interesses. Desse modo, nas disputas das representações sobre um território, há grupos que ganham e há grupos que perdem, há também aqueles que ganham sem jogar diretamente. Neste sentido, se associa as redes sociais complexas que se estabelecem em torno de alianças políticas, econômicas ou de proximidades culturais.

No jogo de representações, que inclui o conceito de Baixada, constrói-se, de fato, uma intensa disputa entre as “verdades” de suas encenações. Portanto, há um conflito entre as legitimidades territoriais. Sendo assim, pode-se inserir um segundo plano, apontando a necessidade de entender a finalidade de um jogo que, em muitos casos, se restringe a vitória de alguém sobre alguma coisa ou outrem. No entanto, a vitória deste mesmo alguém pode, ou não, beneficiar outros grupos, tendo em vista que a hegemonia de um grupo pode favorecer ou prejudicar as ações e projetos de outros. Agora, é possível falar tanto de um choque de representações e de legitimidades territoriais, quanto de uma justaposição/assimilação de representações que influenciariam na composição do território.

Essa breve análise indica, então, que há uma infinidade de possibilidades na composição do território, e que o choque/tensão ou justaposição/assimilação das representações de diferentes grupos sociais sobre o espaço promovem, com efeito, disputas de legitimidades territoriais, podendo ser visualizadas em diferentes etapas da composição do território.

Neste contexto se insere a questão da Baixada Fluminense. Como já mencionada, essa área se localiza no âmbito do estado do Rio de Janeiro e, para muitos, é vista como uma unidade regional de planejamento, embora esta se insira na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Os problemas da indefinição de sua composição territorial derivam do proveito que se faz das disputas de legitimidades de grupos sociais, que tornam emergenciais as diferentes representações sobre o território, que possuem, em fim último, o domínio de uma área, território, por diversos grupos nesta parcela do espaço fluminense.



Tais indefinições se traduzem num jogo de representações e de disputas de identidades territoriais que incluem e excluem espaços como estratégia de poder. É importante lembrar que esta definição imputa, para alguns, possibilidade de inserção ou de auto-exclusão na composição territorial, tendo em vista que estes adquirem o que se chama de trunfo de legitimidade territorial (ROCHA, 2009), o qual designa, em síntese, o proveito que um dado território, e, portanto, seu grupo social, possibilitando incluir ou excluir de uma certa composição territorial, buscando se beneficiar das representações ou projetos espaciais que estão ou serão desenvolvidos.

Para elaborar o conceito de trunfo de legitimidade territorial, partimos das proposições de Raffestin, quando menciona que os trunfos de poder seriam a população, os recursos, a língua e o próprio território. Esta noção estaria baseada nas possibilidades de proveito para a retomada ou perpetuação do poder, o qual variaria de acordo com o grupo social que sustentasse, em maior ou menor grau, essas bases.

Haesbaert (2004) ainda complementa essa análise afirmando que a capacidade de gerir esses trunfos de poder está diretamente associada aos meios que esses grupos sociais possuem ao canalizar suas forças e informações, codificando, inclusive, a materialidade e a imaterialidade, a ação e o campo simbólico. Neste sentido, haveria um ideal de poder a partir da gestão destes trunfos que, segundo Raffestin (1993, p.60), estaria no alicerce das representações.

O ideal de poder é jogar exclusivamente com símbolos. É talvez o que torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre o trunfo real – o referencial [Território] – e o trunfo imaginário – o símbolo [representação]. (menção nossa)

Percebe-se a íntima ligação entre o trunfo real e o simbólico, a ligação entre o território e a representação. Portanto, projetos de poder sobre o território representado podem, também, servir de trunfos de poder. No caso da Baixada Fluminense, esse trunfo é desenvolvido no jogo por alguns líderes políticos municipais na compensação de perdas e ganhos da trama de representação hegemônica da região.

A concepção que se lança de uma “geopolítica da inclusão-exclusão” é, então, entendida no jogo dessas representações. As tomadas de trunfos de legitimidade territorial possibilitam a inclusão e a exclusão de espaços de poder, territórios, de uma dada composição. Essa “geopolítica” vai ao encontro daquilo que Guattari e Rolnik (2004) abordam em sua “cartografia do desejo”, onde até mesmo o sentido dado às coisas, pensando aí na esfera simbólica, é capaz de conduzir atos políticos que almejam a conquista de poderes, que segundo Nogué e Rufi (2001), abre campo para uma geopolítica crítica.

Dessa forma, torna-se ainda mais complexo e sutil o entendimento de uma composição territorial. A Baixada Fluminense, enquanto tal, é recortada por “desejos” diversos que, ao se imbricarem, produzem muitas “Baixadas”. A ideia de inclusão ou exclusão de municípios, no conjunto de uma Baixada Fluminense, se vislumbra nos interesses de diferentes grupos sociais que mascaram, ou dificultam, uma leitura apurada dessa política do espaço que se desenha no Estado do Rio de Janeiro.

Assim, gostaria de apresentar algumas composições territoriais preponderantes que se desenrolam na Baixada Fluminense e simbolizam, também, o choque/tensão ou justaposição/assimilação de representações territoriais, servindo, exatamente, de trunfos de poder das representações sobre a composição territorial desta localidade.

COMPOSIÇÃO PAUTADA NA HISTÓRIA TERRITORIAL

Esta concepção é orientada pela “razão” dos estudos de casos de uma história e geografia regionais. Está associada aos trabalhos acadêmicos de sujeitos oriundos da própria Baixada Fluminense que, em geral, enfatizam a problemática da composição territorial compartilhada por muitos autores, partindo do princípio de que esta Baixada Fluminense se formaria pelos municípios desmembrados



do antigo domínio territorial de Nova Iguaçu (SIMÕES, 2007, SANTOS SOUSA, 1996; 2002). Já outros autores tomam como base antigos estudos, como o de P.Geiger, sobre a relação do “Tabuleiro da Guanabara” com a metrópole do Rio de Janeiro (BEZERRA, 2004; TORRES, 2005). Nessa segunda linha de pensamento, os municípios de Magé e Guapimirim não estariam relacionados à porção oeste da Baixada Fluminense, mas à “porção leste da Baía da Guanabara”. Pode-se mencionar a problemática dos municípios de Paracambi, Seropédica e Itaguaí nesta indefinição por não serem oriundos da antiga Vila de Iguassú nem do extinto município de Estrela .

É importante ressaltar que grande parte da divulgação dessa representação está associada à produção intelectual em revistas locais e livros editados por diferentes institutos de pesquisa constituídos nesta região. Cabe destaque ao Centro de Memória de História Local da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC), o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e o Instituto de Pesquisa de História da Baixada Fluminense (IPHAB).

PLANOS DE AÇÃO E INTERVENÇÕES DIVERSAS

Neste plano se estabelecem infinidades de recortes para a Baixada Fluminense. Tais composições territoriais encontram-se baseadas em “razões” instrumentais: operacionalizar e definir ações. Existem inúmeros exemplos sobre esses tipos de recortes, no entanto, como exemplo, utilizo a regionalização, que compreende, como diversidade territorial, os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias (Figura 3).

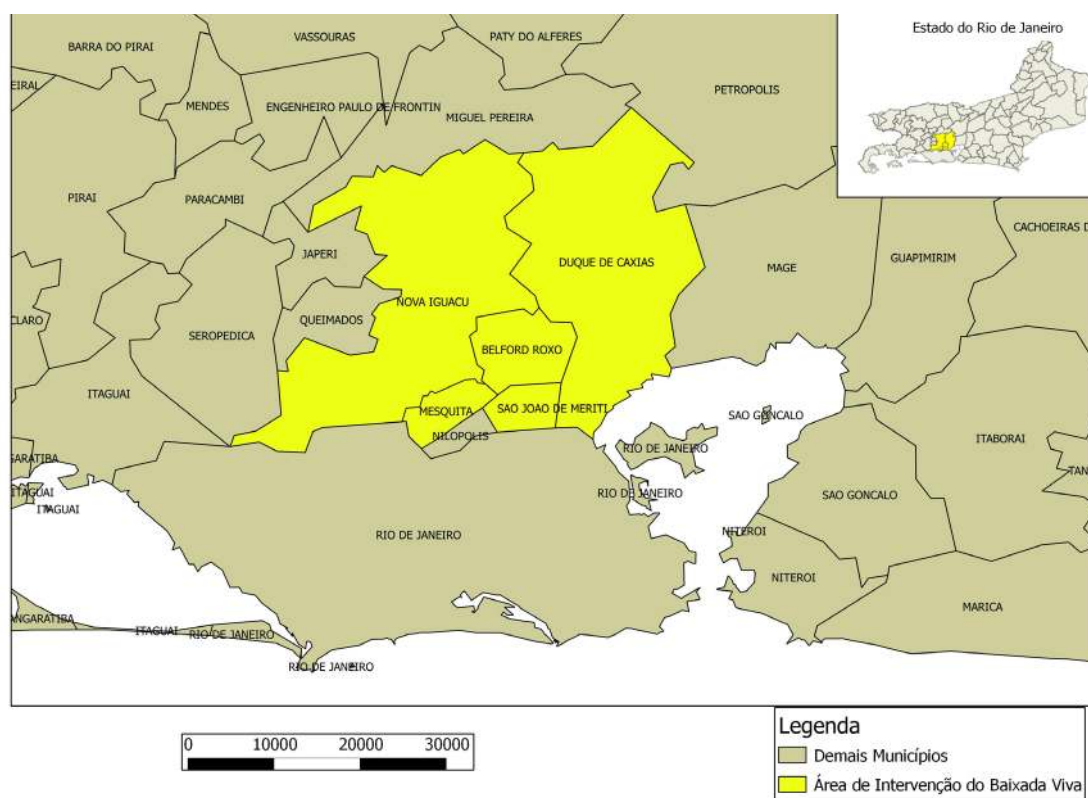


Figura 3 - Representação de uma proposta do programa Baixada Viva. Em destaque, sua área de ação. Fonte: Programa Baixada Viva (Secretaria de Estado do Rio de Janeiro).

É importante salientar que esta representação territorial foi utilizada pelo governo estadual em ações de programas institucionais como o Nova Baixada e Baixada Viva. Neste mesmo direcionamento, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense – CIBAF, embora hoje atue nos 13 municípios, adotou esse conjunto territorial em sua primeira fase de implementação (início dos anos 2000). Isto, de certa forma, ilustra uma Baixada Fluminense operacional, voltada para a execução de planos de intervenção material.

Outro exemplo de planejamento e estudo é a composição territorial proposta pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), pois a representação regional proposta por este órgão toma como base o desenvolvimento industrial que acompanhou a área da Baixada Fluminense no ano de 2007. Tal proposta tem como base a delimitação de uma área para estudo e criação de prognósticos de desenvolvimento econômico (Figura 4).

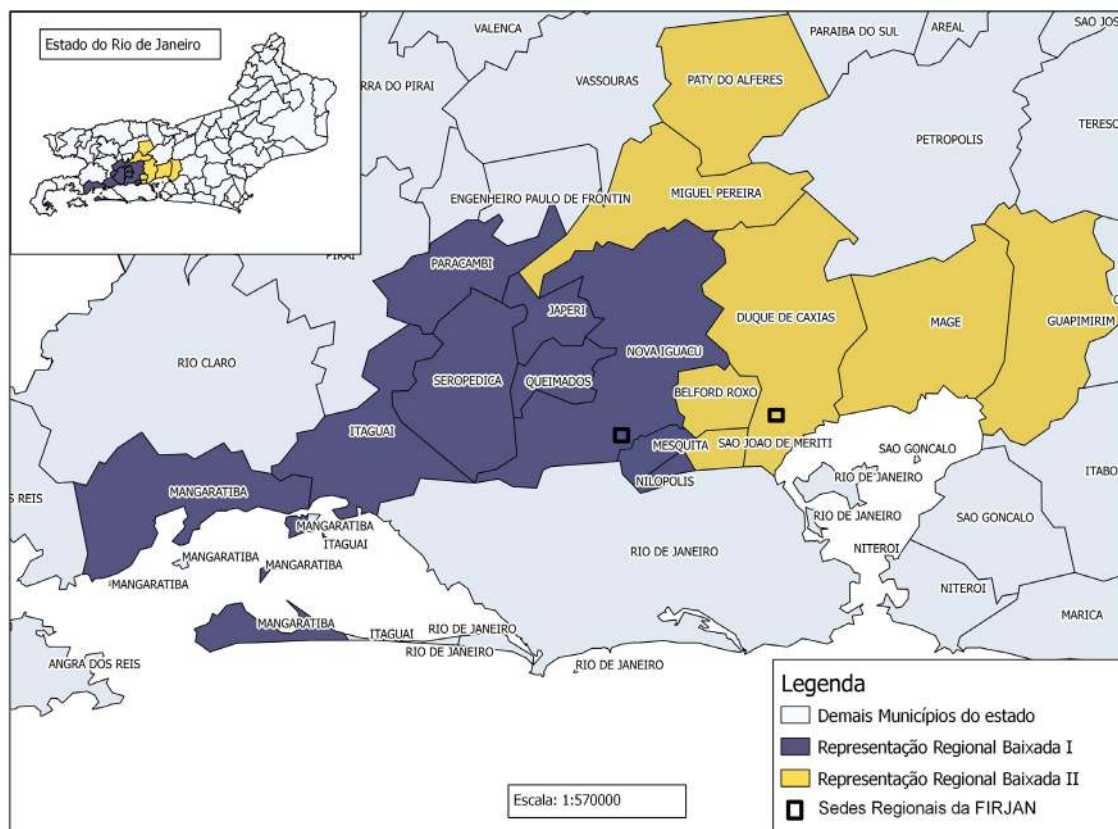


Figura 4 – Representação da composição territorial proposta pela FIRJAN.

Fonte: sítio da FIRJAN (modificado pelo autor)

Nesta definição, até os municípios de Paty de Alferes, Mangaratiba e Miguel Pereira estão incluídos na diversidade territorial do “desenvolvimento da Baixada”. Esta regionalização tenta integrar os municípios onde foram registradas as maiores altas de crescimento econômico, segundo a sondagem econômica regional do primeiro trimestre de 2007, intitulado-se “Em expansão: estudo da Firjan revela um crescimento da indústria e do emprego na Baixada”, contida no caderno especial do Jornal O Dia, de 1 de julho de 2007. É importante frisar que a FIRJAN divide a Baixada em “duas regionais”, tendo nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias os locais de sede das mesmas.

INTERESSES LOCAIS DE REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL: trunfos de legitimidade territorial

Neste caso, varia segundo a intenção proposta, seja para uma finalidade cultural, política ou econômica. Um exemplo claro é a representação feita pela Secretaria de Turismo de Guapimirim. Para esta, pertencer a Baixada Fluminense pode levá-la a prejuízos econômicos, visto que poderia acarretar numa suposta diminuição do fluxo de turistas para o local, haja vista a representação de violência associada a esta região. Deste modo, é mais vantajoso afirmar-se pertencente à Região Turística da Serra Verde Imperial. Essa ação modifica a composição territorial da Baixada Fluminense (Figura 5).

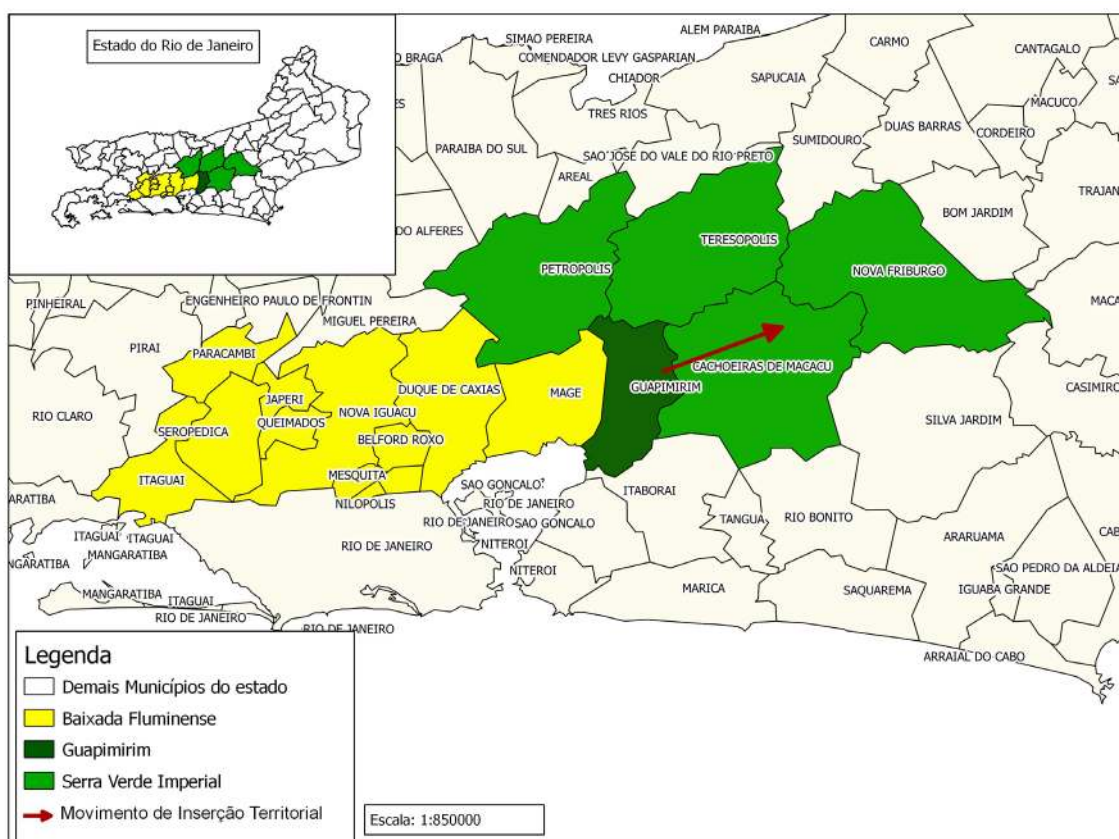


Figura 5 – Representação da Baixada a partir da secretaria de Turismo de Guapimirim. Organizado por André Rocha a partir de entrevistas na Secretaria de Turismo da Prefeitura de Guapimirim.

O município de Guapimirim também é um exemplo de uso do trunfo de legitimidade territorial, pois sua Secretaria de Planejamento Urbano se afirma pertencente à composição da Baixada Fluminense quando há a promoção de projetos de infra-estrutura e saneamento para essa área. Há, portanto, um aproveitamento das vantagens da redefinição do contexto do território. Juntamente com Guapimirim, pode-se enquadrar outras cidades na mesma situação: Magé, Seropédica, Itaguaí e Paracambi (LIMA & ROCHA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses exemplos, torna-se evidente que há um impasse na definição da composição territorial da Baixada Fluminense, sendo esta utilizada como um instrumento operacional de ação no espaço. Atualmente, diferentes ações dos poderes públicos (locais, estaduais e federais), órgãos de planejamento, associações e grupos empresariais tem modificado as estruturas socioespaciais dessa área; seja no âmbito político ou no econômico. Essas alterações tem contribuído para a emergência de diferentes “representações” sobre a composição territorial da região. E é notório o obstáculo político sobre sua “composição territorial”, envolvendo interesses de grupos mais diversos.

O conceito de representação é fundamental para entender as tramas que envolvem a passagem de um espaço banal para a instrumentalização e operação do território. E o exemplo apresentado mostra como a Baixada Fluminense, dada por uma “indefinição”, se coloca como uma representação territorial de poder que pode legitimar ações dos mais diferentes grupos sociais, relembrando Lacoste (2007, p.35) sobre como “as representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos”.

Discutir qual é a unidade da Baixada Fluminense impede perceber essa “jogada representacional sobre o território” que toma de assalto a ideia de Baixada. Articular representações territoriais a seu respeito, é estabelecer um recorte no espaço. A cada recorte, se vislumbra para a localidade



um interesse, a cada interesse, uma estratégia territorial e a cada estratégia, encontra-se um teor representacional que sustenta sua razão para consolidar um poder.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, J. C. S. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. 1998. 196f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP, 1998.
- ALVES, J. C. S. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003. 197p.
- BAILLY, Antoine. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A. et al (dir.) **Encyclopédie de géographie**. Paris: Economica, 1995. p.25-34
- BEZERRA, N. Iguassu e Estrela: as fronteiras de uma sociedade assimétrica. IN: OLIVEIRA, Rafael da S. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004. p.46-85.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 322p.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano 1, nº 2, p.7-23, 1999
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: Castro, Iná; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org's). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.
- DEMATTEIS, G. **Le metafore della terra. La geografia umana tra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli, 1985. 118p.
- DI MÉO, G. **Geographie Sociale et territoires**. Paris: Nathan, 2001. 320p.
- ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996. 175p.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 26ªed. Rio de Janeiro: Graal, [1985] 2008. 295p.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 327p.
- HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios a multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. 420p.
- JODELET, D. **Représentation sociales: un domaine en expansion**. In D Jodelet(ed), *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p.31-61.
- LACOSTE, Y. **Geopolítica. La larga historia del presente**. Madrid: Síntesis, 2008. 330p.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007. 263p.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Maspero, [1972] 1974. 485p.
- LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausencia. Contribución a La teoría de las representaciones**. México: FCE, 2006. 305p.
- LIMA, I. G.; ROCHA, A. S. Expressão Geopolítica da Baixada Fluminense: os trunfos de legitimidade territorial em jogo. In: **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Crise, praxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. AGB: Porto Alegre, 2010. p.1-10
- MASSEY, D. **Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.
- MONTBRIAL, T. **Geographie politique**. Paris: PUF, 2006. 127p.
- NOGUÉ, J.; RUFÍ J. **Geopolítica, identidade e globalização**. Barcelona: Ariel, 2001. 282p.
- PRACEDO LEDO, A. **Nuevas Realidades Territoriales Para el Siglo XXI: Desarrollo Local, Identidad Territorial y Ciudad Difusa**. Madrid: Síntesis, 2004. 207p.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades - Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P.17-35.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

- ROCHA, A. S. **Baixada Fluminense**: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.
- ROCHA, A. S. Algumas considerações sobre espaço e representação: subsídios para uma análise geográfica. In: **I Congresso Brasileiro sobre organização do Espaço**. UNESP: Rio Claro, 2010. P.427-447.
- RIBEIRO, M. A.(org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002. 160p.
- SACK, R. D. **Human Territoriality. Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272p.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 285p.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002. 392p.
- SANTOS DE SOUZA, M. **Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias**. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História/ UFF, 2002.
- SANTOS DE SOUZA, M. **Terras de muitas águas**. Duque de Caxias: Papelaria Itatiaia, 1996. 108p.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades- Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368p.
- SEGADA SOARES, M. T. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, nº24, p.155-256, 1962.
- SIMÕES, M. R. **A cidade Estilhaçada** – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007. 298p.
- SOUZA, M. L. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org's). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.140-164
- TORRES, G. Xerém e seus nichos de história. **Revista Pilares da História**: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Duque de Caxias. Ano 3, nº 5, p.7-9, 2005.
- TURCO, A. **Culture dell'alterità. Il território africano e le sue rappresentazioni**. Milano: Unicopli, 1998, pp. 548
- VALCÁRCEL, O. **Los horizontes de la geografía**. Barcelona: Ariel, 2000. 604p.
- VALVERDE, R. O. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Revista Espaço Tempo**. São Paulo: GEOUSP, nº15, p. 119-126, 2004.

Trabalho enviado em agosto de 2013
Trabalho aceito em setembro de 2013

